

A Revista Cadernos de Pesquisa – RCP, volume 26, número 4 – 2019 é um número especial. Trata-se de uma edição dedicada à Produção de Conhecimento na esfera da educação profissional e de suas relações com a educação básica e a educação de jovens e adultos.

Os quinze artigos de autores brasileiros e estrangeiros são provenientes de pesquisas que analisam e problematizam o contexto social, político e econômico nacional e internacional que vem resultando em retrocessos no campo dos direitos sociais, especialmente no Brasil, com ênfase na formação da classe trabalhadora, nomeadamente, no ensino médio e na educação profissional, tendo como referencial teórico-metodológico, predominantemente, o materialismo histórico dialético.

Os artigos explicitam o embate histórico entre o projeto societário do capital, hegemônico em nossa sociedade e que se materializa no sistema educacional por meio da formação humana voltada aos interesses e demandas do mercado e o projeto contrahegemônico, cuja centralidade está no trabalho e nos interesses da classe trabalhadora, cuja síntese na esfera educacional é a luta pela formação plena, omnilateral de todos e de todas, com fundamento nos princípios da politecnia e da escola unitária.

No artigo “Regressão social (acima de todos) e resistência da classe trabalhadora (acima de tudo)”, o professor Justino de Sousa Júnior, da Universidade Federal do Ceará (UFC), articula o texto em torno dos conceitos de regressão social e de resistência da classe trabalhadora. Quanto ao primeiro, o autor demonstra que não se trata de um fenômeno local, casual, episódico, mas de um aspecto que integra, marca e define o sócio metabolismo do capital na sua fase atual, mas que as mudanças recentes ocorridas na sociedade brasileira indicam uma agudização do fenômeno regressivo nos mais diferentes aspectos: econômico, social, político, científico, ambiental, cultural, etc. Quanto ao conceito de resistência Sousa Júnior sustenta que esse movimento “precisa imediatamente buscar o salto político-educativo que o transforme de resistência em contra ofensiva das classes trabalhadoras”.

A professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Maria Ciavatta foi quem produziu o artigo “Políticas e história da educação profissional: luzes e sombras da realidade brasileira”. O texto analisa a formação da classe trabalhadora na perspectiva de sua historicidade, segundo os critérios do pensamento crítico e tendo como referência o trabalho como princípio educativo na sua forma fundante. A análise desenvolvida por Ciavatta lhe permite concluir que “À luminosidade de nossas riquezas e dos avanços democráticos, opõem-se as sombras do autoritarismo e da mercantilização da vida, presentes nas ideologias de discriminação étnico-racial, de gênero, de classe”, as quais orientam “as reformas econômica, trabalhista, educacional e, ainda em curso, o

programa 'Future-se' que propõe a privatização das universidades públicas federais e dos institutos federais[...].

Em “Políticas e História da Educação Profissional: onde estamos, como chegamos e para onde vamos?” a professora Marise Nogueira Ramos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/FIOCRUZ), aborda as políticas atuais da educação profissional no Brasil, tendo como referência as categorias totalidade, historicidade e contradição. A autora evidencia os direitos garantidos, ao menos no plano formal, na Constituição Federal de 1988, privilegiando, em suas análises, o período dos anos de 1990 a 2000, com ênfase nos movimentos de avanços e de retrocessos da política de educação básica e profissional. Ramos ainda problematiza, virtuosamente, a capacidade de resistência dos educadores no atual contexto. A exposição foi dividida em três momentos conforme sugere o título – onde estamos, como chegamos e para onde vamos – o texto é finalizado retomando-se a última pergunta, com a expectativa de que seu conteúdo contribua para a elaboração da resposta.

O professor Celso João Ferretti, do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES - Unicamp) é o autor do artigo “Limites e contribuições da educação para a formação de trabalhadores”. O texto examina os processos de formação direcionados à classe trabalhadora, considerando que esses não se esgotam na educação escolar. Assim, discute-se o avanço neoliberal desencadeado a partir das últimas décadas do século XX e as alterações que promoveram na formação profissional dos trabalhadores, na estrutura do emprego e na constituição/composição da classe trabalhadora originária da organização taylorista-fordista da produção. Para Ferretti, a nova configuração resultante desse processo vem instituindo processos formativos adequados à organização flexível das empresas, as quais investem na captação da subjetividade dos trabalhadores por meio de processos alinhados à sociabilidade de caráter neoliberal, inclusive, nas propostas educacionais. O autor conclui defendendo que, contrariamente a esse movimentos, seja fortalecida a concepção gramsciana de formação integral e que, para isso, a educação se articule com outras agências sociais.

O artigo “Formação Profissional Inicial da Classe Trabalhadora Portuguesa” de autoria da professora Natália Alves, da Universidade de Lisboa, analisa o processo de aprendizagem profissional da classe trabalhadora portuguesa. Alves recorre a uma abordagem de natureza histórica, baseada fundamentalmente, na revisão da literatura e na análise de dispositivos legais. Dessa forma, analisa a estruturação e escolarização da formação profissional inicial, destinada à formação da mão de obra juvenil em Portugal, desde a criação da Aula de Comércio, em 1759, até à atualidade. Por meio da análise a autora demonstra como, ao longo do tempo, as modalidades de formação profissional inicial se mantiveram fiéis a algumas das suas finalidades originais, introduziram outras, em função das alterações ocorridas no sistema capitalista, mas nunca deixaram de desempenhar um papel ativo no processo de reprodução social.

Em “Desigualdades no ensino médio: o que faz o estudante-trabalhador?”, os professores Dante Henrique Moura, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e Domingos Leite Lima Filho, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), tendo como referencial o materialismo histórico-dialético, inicialmente, discutem o ensino médio brasileiro, com foco em suas concepções e nas políticas desenvolvidas nesse âmbito, buscando-se produzir uma síntese sobre os embates que permeiam essa etapa educacional. Em seguida, por meio de pesquisa empírica, analisam as distintas atividades desenvolvidas por estudantes do ensino médio das esferas estadual e federal que declararam trabalhar enquanto cursam essa etapa formativa. Conclui-se que há uma hierarquização no que se refere ao grau de complexidade das atividades desenvolvidas no mundo do trabalho pelos estudantes-trabalhadores, em função do tipo de ensino médio cursado e da esfera na qual estudam: estadual ou federal.

O artigo “Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação e desigualdade social”, do professor Ronaldo Marcos de Lima Araújo, da Universidade Federal do Pará (UFPA), analisa a reforma em curso do ensino médio brasileiro. O autor problematiza a produção da área de trabalho e educação que, no Brasil, tem enfatizado o uso do conceito de dualidade para explicar o Ensino Médio; identifica a introdução desse conceito na literatura brasileira e suas influências teóricas; a partir do que defende a sua validade, porém também a sua insuficiência. Tomando o conceito de desigualdade como referência adicional conclui que a reforma tende a promover maior diferenciação escolar, hierarquizando as escolas e precarizando ainda mais a formação oferecida pelas escolas públicas de Ensino Médio das redes estaduais, aprofundando as desigualdades educacionais e embargando o futuro dos jovens pobres.

No artigo “A reforma do ensino médio e a construção de nossa resistência em defesa da educação pública”, seu autor, professor Domingos Leite Lima Filho, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), discute a reforma do ensino médio, em curso desde 2017, mediante a Lei n. 13.415, a Base Nacional Comum Curricular e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 03/2018). o autor argumenta que essa reforma é parte da contrarreforma social para a supressão de direitos sociais no contexto de disputa de projetos societários vivenciados no Brasil e da forma de inserção subalterna e dependente do país na ordem mundial, o que envolve a adequação da educação, do trabalho e da classe trabalhadora à esse projeto.

Ana Cristina Batista (IFRN) e Olivia Moraes de Medeiros Neta (UFRN), no artigo “A implantação do programa ensino médio inovador no Rio Grande do Norte”, discutem as possibilidades e os limites desse Programa, ancorando-se em uma abordagem qualitativa, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, tendo como fontes de análise, leis, decretos e resoluções que regulamentam o Ensino Médio a partir da LDB nº 9.394/1996, com ênfase nas que tratam da especificidade desse Programa.

O artigo “Quando atrofiar e desqualificar são condições para manutenção da subalternidade”, de autoria da professora Maria Margarida Machado, da Universidade Federal de Goiás (UFG), traz parte das reflexões apresentadas na tese por ela

defendida, em novembro 2018, no concurso para professora titular da UFG, intitulada “O Direito à escolarização e à manutenção da subalternidade”. Foram acrescentadas mais algumas reflexões, na busca de responder à seguinte questão: Proeja FIC Fundamental e Proeja Ensino Médio: se ampliar é preciso, por que estão sendo atrofiados? A autora, inicialmente, responde à pergunta da seguinte forma: “porque atrofiar e desqualificar a educação são instrumentos de quem está no poder, para manter a subalternidade. Em seguida, continua a análise para concluir que a história da educação revela, em muitos momentos, a negação desse direito e, em outras, sua concretização por meio de uma oferta que proporciona acesso precário ao conhecimento e uma certificação aligeirada. Nesse sentido, continua Machado é possível constatar que a atrofia da experiência Proeja também pode ser entendida pelo fato desse Programa representar uma ameaça ao projeto de formação para a subalternidade, essencial ao sistema capitalista desigual e combinado.

O professor José Moisés Nunes da Silva, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), é autor do artigo “A educação de jovens e adultos integrada à educação profissional no Brasil: 13 anos depois”. O artigo discute a escolarização de jovens e adultos trabalhadores no Brasil, tendo como objetivo refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional (EP), após 13 anos de implementação dessa oferta educacional. A reflexão é importante pelo fato de que a integração entre a EJA e a EP pode contribuir para a superação da baixa escolarização de jovens e adultos trabalhadores no país, possibilitando melhor (re)inserção no mundo do trabalho e o exercício qualificado da cidadania. Conclui-se que as ações governamentais destinadas à EJA, ainda não se constituíram em política pública de Estado, e que urge uma reflexão ético-política sobre a importância da elevação da escolaridade e da qualificação profissional dos jovens e adultos trabalhadores, como fortalecimento da educação como direito pleno de todos e de todas.

O artigo, “O professor da educação profissional enquanto sujeito da práxis revolucionária”, produção de João Kaio Cavalcante de Moraes (IFRN) e Ana Lúcia Sarmiento Henrique (IFRN), tem como objetivo discutir aspectos do trabalho docente na educação profissional (EP), tendo como base a práxis revolucionária. Os autores recorrem aos estudos de Konder (1992), Marx e Engels (1998) e Vázquez (2011), tendo como referencial teórico e metodológico o materialismo-histórico dialético. Partem do pressuposto que a EP é uma modalidade de ensino inserida no contexto de disputas antagônicas, decorrente da luta de classes, em que as forças hegemônicas a submetem aos limites delineados pelos interesses do capital. Por essa razão, defendem uma EP que busque evidenciar o trabalho como princípio educativo, a partir de um currículo integrado com vistas à formação humana integral dos sujeitos. Nesse sentido, concluem que para o professor dessa esfera educacional é essencial a construção da consciência de classe, indispensável à práxis revolucionária que busca a transformação social.

A professora Lucília Regina de Souza Machado é a autora de “Formação docente para a educação profissional: limites e possibilidades de institucionalização”, cujo

objetivo é analisar os limites e possibilidades do processo de institucionalização da formação docente para a educação profissional no Brasil. A autora justifica que esse objetivo decorre da necessidade de discutir e compreender questões que desvelam o caráter ainda insipiente desse processo. Foram, inicialmente, apresentados o conceito de institucionalização, seus usos, dimensões e perspectivas de análise dos processos aos quais se reporta. Também se discutiu a longa, complexa e ainda inacabada institucionalização da docência nos anos iniciais educação básica no Brasil com a finalidade de evidenciar a complexidade desse processo. Para analisar a formação docente para a educação profissional, seus limites e possibilidades, Machado buscou interagir com quatro perspectivas de análise: a teórica, a formal, a prática e a substantiva, sustentando que essa última é vista como amálgama das outras por trazer os valores fundamentais da prática pedagógica comprometida com a emancipação social.

O professor Francisco das Chagas Silva Souza, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), discute a criação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Mestrado Profissional em Rede Nacional, como uma medida voltada à formação continuada de trabalhadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e de professores da Educação Básica no artigo denominado “Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT): Conquistas, Perspectivas e Desafios”. O autor argumenta que a criação do ProfEPT representa um avanço para a Rede e para a Educação Básica, embora essa conquista seja acompanhada de desafios a serem avaliados e superados pelos docentes do Programa.

“Fazendo gênero na Educação Profissional: Notas epistemológicas a partir do estado de conhecimento sobre Educação Profissional e gênero na Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações (2008-2019)” foi produzido por Larissa Maia de Souza (IFRN) e Avelino Aldo de Lima Neto (IFRN). No artigo, os autores declaram como objetivo esboçar algumas considerações epistemológicas acerca das questões de gênero no contexto da produção científica da Educação Profissional, a partir de contribuições das teóricas feministas. Souza e Lima Neto mapeam e descrevem a quantidade dos trabalhos de pós-graduação disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações cujos objetos abordam ou tangenciam o assunto, no período de 2008 a 2019. À continuação, recorrem ao estado do conhecimento como procedimento metodológico para coleta de dados, seguindo-se a apresentação dos resultados. A análise empreendida revelou a existência de apenas treze manuscritos centrados sobre a temática, indicando a escassez de estudos. Face a essa constatação, teceram algumas apreciações finais com vistas a proporcionar à Educação Profissional ferramentas capazes de contribuir para a expansão epistemológica da área e para a continuidade da efetivação de sua proposta político-pedagógica de formação humana integral.

Como se vê, neste Dossiê temático da Revista Cadernos de Pesquisa sobre a Educação Profissional e suas relações com a Educação Básica e a Educação de Jovens e Adultos, temos o objetivo de discutir com a comunidade acadêmica os

embates e disputas inerentes à formação da classe trabalhadora à luz do materialismo histórico dialético. Discussão essa que consideramos essencial no atual contexto social, político e econômico a nível mundial e, particularmente, em nosso país no qual forças vinculadas ao ultraliberalismo econômico, ao ultraconservadorismo de costumes e à tecnocracia militarista habitam o centro do poder, operando no sentido de desconstruir os poucos direitos arduamente conquistados pela classe trabalhadora mais empobrecida. Diante desse contexto, como afirma o professor Justino de Sousa Júnior no artigo que abre este Dossiê, é essencial construir a “resistência” como uma práxis que precisa se transformar imediatamente de resistência da classe trabalhadora em contra ofensiva das classes trabalhadoras” (Grifos do autor).

Desejamos a todos e todas uma ótima leitura!

Dante Henrique Moura

Professor do PPGEPI/IFRN
Organizador da Edição